



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, abril/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 3 (mar. 2011). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em março de 2011 foi superavitário em R\$ 9,1 bilhões, contra R\$ 2,5 bilhões em fevereiro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 12,3 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 10,7 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em março de 2011 foi superavitário em R\$ 9,1 bilhões, contra superávit de R\$ 2,5 bilhões em fevereiro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	FEV		MAR	
	2011	2011	2010	2011
I. RECEITA TOTAL	66.980,4	73.536,4	193.566,1	231.390,9
I.1. Receitas do Tesouro	48.985,0	55.294,1	147.864,4	177.927,8
I.1.1. Receita Bruta (1)	49.390,5	55.541,2	149.295,1	179.024,0
I.1.1.1. Impostos	22.106,7	26.176,6	68.137,7	86.269,9
I.1.1.2. Contribuições	20.096,6	22.101,6	59.372,2	70.439,4
I.1.1.3. Demais	7.187,1	7.263,1	21.785,2	22.314,7
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-405,5	-247,1	-1.425,5	-1.044,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-5,2	-51,9
I.2. Receitas da Previdência Social	17.777,6	18.020,2	45.166,3	52.913,7
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	17.438,6	17.636,8	44.110,5	51.817,1
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	339,0	383,4	1.055,8	1.096,6
I.3. Receitas do Banco Central	217,8	222,1	535,3	549,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.851,2	10.475,2	32.618,8	41.879,7
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	51.129,2	63.061,2	160.947,2	189.511,2
IV. DESPESA TOTAL	48.663,4	53.927,0	152.813,0	163.636,5
IV.1. Despesas do Tesouro	27.304,9	32.538,6	92.801,8	100.517,6
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.519,1	13.770,0	41.521,5	43.007,8
IV.1.2. Custeio e Capital	13.589,7	18.571,7	50.992,3	57.027,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.563,5	2.315,7	5.302,8	5.932,9
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	53,1	744,8	2.801,5	2.419,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.037,0	2.046,3	5.395,4	6.053,3
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.936,0	13.464,9	37.492,7	42.622,2
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	8.421,0	9.894,6	27.979,4	32.237,3
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	1.515,0	3.570,4	9.513,3	10.384,9
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	196,1	197,0	288,0	481,9
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	21.093,2	21.155,7	59.382,2	62.386,6
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	16.496,5	16.507,6	46.160,0	48.698,9
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.596,8	4.648,1	13.222,2	13.687,8
IV.3. Despesas do Banco Central	265,3	232,7	629,0	732,3
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	2.465,8	9.134,1	8.134,2	25.874,7
VI.1. Tesouro Nacional	5.828,9	12.280,3	22.443,8	35.530,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.315,6	-3.135,5	-14.215,9	-9.473,0
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	942,1	1.129,2	-2.049,5	3.118,2
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.257,7	-4.264,7	-12.166,4	-12.591,2
VI.3. Banco Central (6)	-47,5	-10,7	-93,7	-182,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			0,97%	2,77%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN - MAR %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
Receitas	15,8%	19,5%
Tesouro	16,2%	20,3%
Previdência	14,6%	17,2%
Transferências	10,3%	28,4%
Receita Líquida	17,0%	17,7%
Despesas	19,3%	7,1%
Benefícios	15,4%	5,1%
Pessoal	7,0%	3,6%
Custeio e Capital	38,0%	11,8%
FAT	4,3%	11,9%
Subsídios	7755,6%	-13,6%
LOAS/RMV	20,7%	12,2%
Outras	36,7%	13,7%
Custeio	21,5%	15,2%
Capital	116,2%	9,2%
PIB	15,8%	12,0%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 6,2 bilhões (12,5%) no mês, passando de R\$ 49,4 bilhões em fevereiro para R\$ 55,5 bilhões em março de 2011. Essa evolução decorreu, principalmente, dos

seguintes acréscimos na arrecadação: i) do IRPJ (R\$ 2,7 bilhões, 45,6%) e da CSLL (R\$ 870,2 milhões, 25,9%), em função do encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo do IRPJ e da CSLL referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2010; ii) do IRRF – Rendimentos do Trabalho (R\$ 1,3 bilhão, 25,5%) iii) da Cofins (R\$ 1,0 bilhão, 8,7%) explicado, em parte, pelos recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais, no valor de R\$ 530 milhões em março.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 10,5 bilhões em março de 2011, contra R\$ 15,9 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de 33,9% em decorrência de fatores sazonais. As transferências constitucionais atingiram R\$ 8,1 bilhões, com diminuição de 4,3% frente a fevereiro, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) no terceiro decêndio de fevereiro, transferido em março. As demais transferências diminuíram R\$ 1,1 bilhão em março em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	FEV/11	MAR/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	12.402,2	8.127,0
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	3.286,5	2.185,8
Total	15.851,2	10.475,2

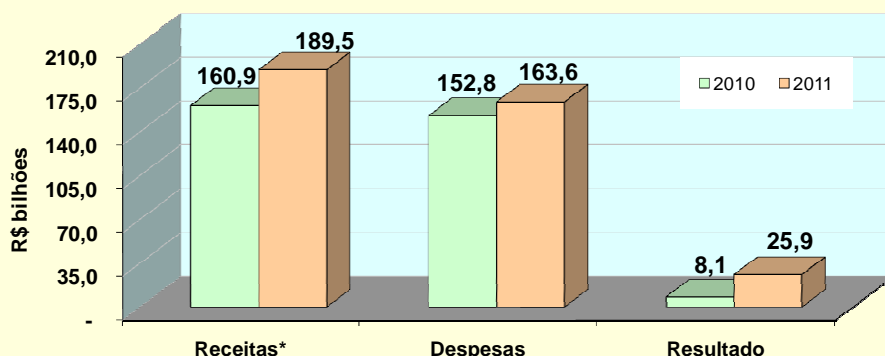
¹ Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se o crescimento de R\$ 5,2 bilhões (19,2%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a fevereiro, explicada, principalmente, pelos aumentos de R\$ 2,0 bilhões (23,8%) nas despesas discricionárias, de R\$ 1,5 bilhão (283,8%) com o PAC e de R\$ 752,2 milhões com as despesas do FAT.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,1 bilhões, contra déficit de R\$ 3,3 bilhões apurado em fevereiro (redução de R\$ 180,1 milhões, 5,4%). A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 242,6 milhões (1,4%). Os benefícios previdenciários, por sua vez, alcançaram R\$ 21,2 bilhões (aumento de R\$ 62,5 milhões). Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 1,1 bilhão no mês, contra R\$ 942,1 milhões em fevereiro (crescimento de R\$ 187,1 milhões, 19,9%). O déficit da parcela rural permaneceu em R\$ 4,3 bilhões.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 25,9 bilhões; no mesmo período de 2010, o Governo Central teve superávit de R\$ 8,1 bilhões (aumento de R\$ 17,7 bilhões ou 218,1%). Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 13,1 bilhões (58,3%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 4,7 bilhões (33,4%) no déficit da previdência.

No primeiro trimestre de 2011 o Governo Central apresentou superávit equivalente a 2,77% do PIB.

RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, 2010-2011, JAN - MAR (R\$ bilhões)


(*) Líquidas de transferências a Estados e Municípios e incentivos fiscais

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	2,69%	3,80%
Previdência Social	-1,70%	-1,01%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
Governo Central	0,97%	2,77%

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 29,7 bilhões (19,9%) relativamente ao primeiro trimestre de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 6,8 bilhões, 28,9%) e da CSLL (R\$ 3,0 bilhões, 23,9%) devido à apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e ao ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 5,6 bilhões, 17,4%) e PIS/Pasep (R\$ 1,7 bilhão, 19,8%) devido ao aumento no volume de vendas e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 5,7 bilhões, 23,7%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 3,1 bilhões, 19,9%) e Rendimentos do Capital (R\$ 1,4 bilhão, 30,1%); iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 2,8 bilhões, 33,7%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária; v) crescimento nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 1,7 bilhão, 27,8%). Por outro lado, houve queda na rubrica Outras Receitas, no valor de R\$ 1,3 bilhão (35,6%).

No primeiro trimestre de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 9,3 bilhões (28,4%). Esta evolução decorre do crescimento de R\$ 8,1 bilhões (33,9%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) e do incremento de R\$ 1,2 bilhão (89,8%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, ao valor transferido em janeiro de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010.

As despesas do Tesouro Nacional até março de 2011 cresceram R\$ 7,7 bilhões (8,3%) frente ao mesmo período de 2010. Essa evolução decorreu principalmente: i) do aumento de R\$ 6,0 bilhões (11,8%) nas despesas de custeio e capital, sendo R\$ 3,0 bilhões (10,0%) nas despesas discricionárias, R\$ 1,4 bilhão (35,4%)

Houve elevação de 28,4% nas transferências a Estados e Municípios nos primeiros três meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

As despesas do PAC cresceram R\$ 1,4 bilhão (35,4%) em 2011, em comparação com o primeiro trimestre de 2010.

nas despesas do PAC e R\$ 942,1 milhões (108,4%) nos créditos extraordinários; e ii) do crescimento de R\$ 1,5 bilhão (3,6%) nas despesas com pessoal e encargos, como efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores. Cabe ressaltar, ainda, o crescimento de R\$ 871,6 milhões (9,2%) do valor total dos investimentos frente ao primeiro trimestre de 2010.

O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 4,7 bilhões (33,4%) relativamente aos primeiros três meses de 2010

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 4,7 bilhões (33,4%) relativamente ao primeiro trimestre de 2010, alcançando R\$ 9,5 bilhões frente aos R\$ 14,2 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 7,7 bilhões (17,2%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 3,0 bilhões (5,1%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 3,1 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 12,6 bilhões.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou acréscimo de 12,5% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 55,5 bilhões em março contra R\$ 49,4 bilhões verificados em fevereiro de 2011 (aumento de 12,5%). Este comportamento é explicado pelos aumentos de R\$ 4,1 bilhões (18,4%) na arrecadação de impostos, de R\$ 2,0 bilhões (10%) na de contribuições e de R\$ 76,0 milhões (1,1%) nas demais receitas.

Em março, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 26,2 bilhões e as de contribuições R\$ 22,1 bilhões, apresentando em seu conjunto acréscimo de R\$ 6,1 bilhões (14,4%) em relação aos valores apurados em fevereiro. Essa evolução reflete, sobretudo: i) o acréscimo de R\$ 2,7 bilhões (45,6%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 870,2 milhões (25,9%) na de CSLL, em função do encerramento, em março, do prazo legal para pagamento do saldo desses tributos referente à Declaração de Ajuste relativa ao ano de 2010; ii) o crescimento de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação do IRRF, impactado, especialmente, pelo item “rendimentos do trabalho” (aumento de R\$ 1,3 bilhão) devido, em grande parte, ao pagamento de valores de participação nos lucros ou resultados (PLR) por empresas do setor financeiro no mês de fevereiro, com reflexo na arrecadação desse imposto em março; e iii) o aumento de R\$ 1,0 bilhão (8,7%) na arrecadação de Cofins, devido ao volume crescente de vendas de dezembro/10 a fevereiro/11, além de recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais, no valor de R\$ 530 milhões, em março de 2011.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram acréscimo de R\$ 76,0 milhões (1,1%), tendo sido influenciadas pelas seguintes variações: i) aumento de R\$ 522,3 milhões nas outras receitas; e ii) diminuição de R\$ 457,8 milhões nas diretamente arrecadadas.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2011 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	FEV/11	MAR/11
Impostos	22.106,7	26.176,6
Imposto de Renda	14.644,6	18.468,1
IPI	3.362,9	3.585,8
Outros	4.099,2	4.122,7
Contribuições	20.096,6	22.101,6
Cofins	11.518,4	12.518,6
CPMF	13,4	11,2
CSLL	3.359,6	4.229,8
Cide - Combustíveis	674,2	662,6
Outras	4.531,1	4.679,3
Demais	7.187,1	7.263,1
Cota parte	1.290,8	1.222,6
Diretamente Arrecadada	2.681,4	2.223,7
Dividendos da União	1.549,1	1.616,3
Concessões	9,7	15,6
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	1.656,1	2.185,0
Total Bruto	49.390,5	55.541,2

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,14% nos três primeiros meses de 2011, dos quais 9,23% correspondem à arrecadação de impostos, 7,53% à de contribuições e 2,39% às demais receitas.

Na comparação com os três primeiros meses de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 29,7 bilhões (19,9%), passando de R\$ 149,3 bilhões para R\$ 179,0 bilhões. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial, além de alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril/10.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

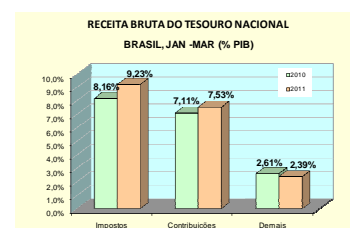
- crescimento de R\$ 6,8 bilhões (28,9%) no IRPJ e de R\$ 3,0 bilhões (23,9%) na CSLL, explicado pelos seguintes fatores: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e do ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011.
- crescimento de R\$ 5,7 bilhões (23,7%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 3,1 bilhões (19,9%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,8% da massa salarial nos meses de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 1,4 bilhão (30,1%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro e março de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 924,6 milhões (39,7%) de IRRF – Rendimentos de Residentes no Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- incremento de R\$ 5,6 bilhões (17,4%) na Cofins e de R\$ 1,7 bilhão (19,8%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo, aos determinantes a seguir: i) crescimento de 16,1% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações; e iii) recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais na Cofins, em março de 2011, no valor de aproximadamente R\$ 530 milhões.
- incremento de R\$ 2,8 bilhões (33,7%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010 e ao crescimento de 16,0% no volume de vendas ao mercado interno, realizadas de

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro trimestre de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia e as alterações na legislação tributária.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2010	2011
Impostos	8,16%	9,23%
Imposto de Renda	5,94%	6,72%
IPI	0,98%	1,17%
Outros	1,24%	1,33%
Contribuições	7,11%	7,53%
Cofins	3,84%	4,03%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,51%	1,67%
Cide - Combustíveis	0,23%	0,22%
Outras	1,52%	1,61%
Demais	2,61%	2,39%
Cola parte	0,77%	0,68%
Diretamente Arrecadada	0,71%	0,82%
Dividendos da União	0,38%	0,34%
Concessões	0,03%	0,03%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	0,00%
Outras	0,71%	0,52%
Total Bruto	17,87%	19,14%

¹ Os valores referentes à retenção na fonte e Ratos foram distribuídos nos respectivos tributos.



dezembro/2010 a fevereiro/2011 em relação ao mesmo período do ano anterior; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 26,4% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 8,2% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e a redução de 7,4% na taxa média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido ao crescimento de 3,9% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010, bem como ao término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos, bem como a reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, no mês de janeiro de 2011.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou aumento de R\$ 529,5 milhões (2,4%), em relação aos três primeiros meses de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 1,7 bilhão (27,8%) nas receitas diretamente arrecadadas; e ii) redução de R\$ 1,3 bilhão (35,6%) em outras receitas, explicado pela reclassificação, em janeiro e março de 2011, de R\$ 1,4 bilhões para o IRPJ e o IPI e pelo término, em novembro de 2010, de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/11	MAR/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	12.402,2	8.127,0
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	3.286,5	2.185,8
Total	15.851,2	10.475,2

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Fev	Mar
Terceiro Decêndio	20.536,3	10.072,7
Primeiro Decêndio	2.027,5	1.372,6
Segundo Decêndio	4.773,3	6.400,9
Total	27.337,1	17.846,2

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	2,87%	3,43%
CIDE - Combustíveis	0,05%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,06%	0,06%
Demais	0,92%	0,94%
Total	3,91%	4,48%

¹ Inclui auxílio financeiro

Em março de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,5 bilhões, contra R\$ 15,9 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de R\$ 5,4 bilhões (33,9%). Esse comportamento resulta de: i) acréscimo de R\$ 493,2 milhões nas transferências de Fundeb, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 1.459/2010; ii) redução de R\$ 542,0 milhões (47,5%) nas transferências do salário-educação; iii) decréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas transferências de *royalties* de petróleo instituídas pela Lei nº 9478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural em fevereiro, sem correspondente em março; e iv) diminuição de R\$ 4,3 bilhões (34,5%) nas transferências constitucionais, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de fevereiro, com reflexo nas transferências de março.

No primeiro trimestre de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 9,3 bilhões (28,4%), elevando-se de R\$ 32,6 bilhões nos três primeiros meses de 2010 para R\$ 41,9 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 8,1 bilhões (33,9%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 1,2 bilhão (89,8%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, ao valor transferido em janeiro de 2011,

em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010.

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 32,5 bilhões, apresentando aumento de R\$ 5,2 bilhões (19,2%) relativamente a fevereiro, explicado pelo aumento de R\$ 5,0 bilhões (36,7%) nas despesas de Custeio e Capital e pela variação de R\$ 250,9 milhões (1,9%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

O aumento observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, ao acréscimo de R\$ 3,5 bilhões (35,5%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital, ao aumento de R\$ 752,2 milhões (48,1%) nas Despesas do FAT, e à ampliação de R\$ 691,6 milhões (1301,5%) nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas.

Relativamente às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo observado concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, R\$ 2,0 bilhões (23,8%), e no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, R\$ 1,5 bilhão (283,8%). Dentre as despesas discricionárias, houve aumento no desempenho dos Ministérios da Saúde (R\$ 1,0 bilhão), da Defesa (R\$ 437,9 milhões), da Educação (R\$ 296,7 milhões), e da Justiça (R\$ 73,5 milhões).

No caso dos Subsídios e Subvenções Econômicas, o acréscimo das despesas ocorreu, principalmente, no âmbito dos Programas: i) Custeio Agropecuário, com execução de R\$ 178,4 milhões em março sem correspondência em fevereiro; ii) Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa com aumento de R\$ 133,6 milhões (347,3%); e iii) Sustentação de Preços, com execução de R\$ 130,0 milhões no mês sem correspondência no mês anterior. Destaca-se também a redução de R\$ 256,2 milhões (73,7%) dos Retornos Líquidos na Aquisição do Governo Federal – AGF.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,75% do PIB no primeiro trimestre de 2011, contra 11,11% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 7,7 bilhões (8,3%) em relação a 2010, destacando-se os incrementos de R\$ 6,0 bilhões (11,8%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 1,5 bilhão (3,6%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

A ampliação dos dispêndios com a folha salarial decorre, em grande medida, do pagamento da incorporação de novos servidores e da atualização dos salários de categorias do Poder Executivo, com aumento de R\$ 3,8 bilhões (12,3%). No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 757,5 milhões (10,7%). Por outro lado, houve redução de R\$ 3,1 bilhões (92,9%) nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios. Tomando-se em proporção do

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/11	MAR/11
Pessoal e Encargos	13.519,1	13.770,0
Custeio e Capital	13.589,7	18.571,7
Despesas do FAT	1.563,5	2.315,7
Subsídios e Subvenções	53,1	744,8
LOAS/RMV	2.037,0	2.046,3
Capitalização da Petrobras	-	-
Outras	9.936,0	13.464,9
Transferência ao Bacen	196,1	197,0

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	FEV/11	MAR/11
Agricultura	-278,2	500,1
Custeio Agropecuário	0,0	178,4
Investimento Rural	0,0	0,0
Preços Agrícolas	-347,6	39,0
- EGF	0,0	0,5
- AGF	-347,6	-91,4
- Sustent. de preços	0,0	130,0
Pronaf	5,2	39,3
Pesa	38,5	172,1
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	22,2	33,2
FUNCAFÉ	3,6	12,2
Revitaliza	0,0	25,7
Outros	-37,7	25,0
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,4	-0,9
Exportação (Proex)	-36,3	26,0
Total	-315,9	525,1

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

PIB, houve redução de 0,37 p.p. nas despesas com pessoal e encargos sociais, passando de 4,97% em 2010, para 4,60% em 2011.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/11	MAR/11
Sentenças Judiciais	32,3	42,6
Legislativo	89,5	95,8
Judiciário	416,4	465,5
Crédito Extraordinário ¹	519,4	329,4
PAC ²	519,4	1.983,3
Outras ³	116,4	84,8
Discionárias	8.446,9	10.453,5
d/q Min. da Saúde	4.004,9	5.025,9
Min. do Des. Social	1.360,9	1.303,3
Min. da Educação	1.206,4	1.503,2
Min. da Defesa	560,6	998,5
Min. da Ciência e Tec.	242,9	275,1
Min. do Des. Agrário	25,1	82,9
Min. da Justiça	157,1	230,6
Min. da Previdência	98,1	152,8
Min. dos Transportes	52,8	59,4
Min. das Cidades	30,7	34,2
Demais	707,3	787,7
Total	9.936,0	13.464,9

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proex, Fundo Constitucional do DF, PMAE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Os gastos com Custeio e Capital, por sua vez, passaram de 6,11% para 6,10% do PIB (decréscimo de 0,1 p.p.), explicados por: i) redução em 0,08% p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; ii) aumento 0,07% em Outras Despesas de Custeio e Capital, enquanto que as despesas do FAT e LOAS/RMV mantiveram-se constante.

As despesas do FAT atingiram R\$ 5,9 bilhões nos três primeiros meses de 2011, contra R\$ 5,3 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 2,4 bilhões em 2011, contra R\$ 2,8 bilhões em 2010, redução de R\$ 382,0 milhões (13,6%). Contribuíram para este resultado: i) Aquisição do Governo Federal – AGF com retorno líquido de R\$ 512,9 milhões em 2011 contra despesa líquida de R\$ 657,4 milhões em 2010; ii) Fundo da Terra/Incrá, com redução de R\$ 313,6 milhões (82,8%); iii) Programa de Sustentação de Preços, com redução de R\$ 154,4 milhões (35,7%); e iv) Reordenamento de Passivos, com execução de R\$ 411,9 milhões em 2010 sem correspondência este ano. Por outro lado, houve aumento nos dispêndios do Pronaf (R\$ 798,1 milhões), do Pesa (R\$ 257,3 milhões), e do Proex (R\$ 249,6 milhões). As despesas com os fundos regionais, por sua vez, passaram de R\$ 680,8 milhões em 2010 para R\$ 867,7 milhões em 2011 (elevação de 27,5%).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 657,9 milhões (12,2 %) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes de 9,7% e 5,9% do salário mínimo nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 7,0% no primeiro trimestre de 2011 relativamente a igual período de 2010. Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,8 milhão aos portadores de necessidades especiais.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	11,11%	10,75%
Pessoal e Encargos	4,97%	4,60%
Custeio e Capital	6,11%	6,10%
Despesas do FAT	0,63%	0,63%
Subsídios e Subvenções ¹	0,34%	0,26%
LOAS/RMV	0,65%	0,65%
Capitalização da Petrobras	0,00%	0,00%
Outras	4,49%	4,56%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,05%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
BRASIL, JAN - MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	1.860,5	1.454,7
Custeio Agropecuário	10,6	208,5
Investimento Rural	8,5	23,2
Preços Agrícolas	1.176,7	-206,7
- EGF	86,8	28,2
- AGF	657,4	-512,9
- Sustent. de preços	432,4	278,0
Pronaf	190,1	988,2
Pesa	61,5	318,8
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	378,8	65,2
FUNCAFÉ	34,4	31,6
Reutiliza	0,0	25,7
Outros	-151,8	97,1
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-3,5	-4,3
Exportação (Proex)	-148,3	101,3
Total	1.708,8	1.551,7

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2011**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
mar/01	1.225.738	-	411.513	-	814.225	-
mar/02	1.357.874	11%	482.675	17%	875.200	7%
mar/03	1.576.513	16%	593.803	23%	982.710	12%
mar/04	1.731.012	10%	690.604	16%	1.040.408	6%
mar/05	2.085.175	20%	948.443	37%	1.136.732	9%
mar/06	2.306.660	11%	1.081.598	14%	1.225.062	8%
mar/07	2.494.631	8%	1.193.925	10%	1.300.706	6%
mar/08	2.709.364	9%	1.309.432	10%	1.399.932	8%
mar/09	2.971.965	10%	1.442.940	10%	1.529.025	9%
mar/10	3.198.161	8%	1.551.103	7%	1.647.058	8%
mar/11	3.430.773	7%	1.633.224	5%	1.797.549	9%

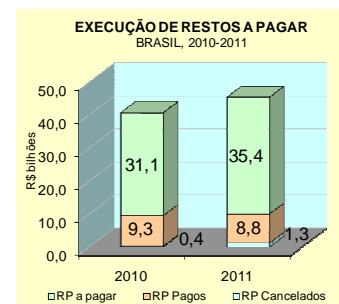
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN - MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Sentenças Judiciais	99,3	114,8
Legislativo	268,5	290,3
Judiciário	1.181,7	1.288,9
Crédito Extraordinário ¹	868,9	1.811,0
PAC ²	4.032,6	5.461,6
Outras ³	749,5	343,4
Discricionárias	30.292,2	33.312,0
d/q Min. da Saúde	12.405,2	13.654,1
Min. do Des. Social	4.311,9	4.477,7
Min. da Educação	4.116,9	5.204,3
Min. da Defesa	3.123,8	3.147,3
Min. da Ciência e Tec.	784,1	946,3
Min. do Des. Agrário	555,3	240,7
Min. da Justiça	597,8	609,6
Min. da Previdência	453,4	429,1
Min. dos Transportes	386,8	221,9
Min. das Cidades	222,8	103,4
Demais	3.334,2	4.277,6
Total	37.492,7	42.622,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.172/2001.
³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, arrendamentos, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 5,1 bilhões (13,7%) no primeiro trimestre de 2011 em relação ao mesmo período exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 3,0 bilhões (10,0%), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com crescimento de R\$ 1,4 bilhão (35,4%), e os Créditos Extraordinários, com elevação de R\$ 942,1 milhões (108,4%). Em contraponto, os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE) reduziram R\$ 562,3 milhões. Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 1,2 bilhão), da Educação (R\$ 1,1 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 165,7 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 162,2 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 10,4 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 871,6 milhões (9,2%) em relação ao ano de 2010.

Em 2011, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 10,4 bilhões, incremento de 9,2% em relação ao exercício de 2010.

O montante pago de restos a pagar (RP) em março de 2011 segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 8,8 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 2,8 bilhões), destacando os projetos REUNI – Readequação da Infra-Estrutura das Universidades Federais (R\$ 240,1 milhões), Expansão da Rede Federal de Educação Profissional (R\$ 146,9 milhões) e Reforma, Construção e Expansão do Ensino Superior (R\$ 70,2 milhões); da Saúde (R\$ 1,9 bilhão), com destaque para os projetos de Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (R\$ 56,7 milhões) e Implantação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento e Manejo de Resíduos em Municípios de até 50 mil habitantes (R\$ 77,3 milhões); e da Defesa (R\$ 1,5 bilhão), destacando os projetos Aquisição e



Modernização de Meios Aeronavais (R\$ 358,4 milhões), Aquisição de Aeronaves (R\$ 132,6 milhões), e Construção de Submarinos (R\$ 93,8 milhões).

Previdência Social

Em março de 2011, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões, contra déficit de R\$ 3,3 bilhões em fevereiro. No primeiro trimestre deste ano o déficit atingiu R\$ 9,5 bilhões, contra R\$ 14,2 bilhões no ano passado. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,70% nos três primeiros meses de 2010 para 1,01% no período correspondente de 2011.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	FEV	MAR	JAN - MAR	
	2011	2011	2010	2011
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	17.777,6	18.020,2	45.166,3	52.913,7
Arrecadação Bruta	19.785,6	19.979,6	51.208,5	60.188,5
- Contribuição Previdenciária	18.099,4	18.196,6	46.570,3	54.404,1
- Simples	1.556,6	1.635,3	4.183,8	5.223,2
- CFT	0,0	0,0	113,0	43,2
- Depósitos Judiciais	120,2	138,1	311,2	488,2
- Refis	9,5	9,6	30,3	29,8
(-) Restituição/Devolução	-67,5	-52,6	-110,9	-151,7
(-) Transferências a Terceiros	-1.940,4	-1.906,8	-5.931,4	-7.123,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	21.093,2	21.155,7	59.382,2	62.386,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.315,6	-3.135,5	-14.215,9	-9.473,0
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,70%	-1,01%

A arrecadação líquida da Previdência Social em março totalizou R\$ 18,0 bilhões, apresentando aumento de R\$ 242,6 milhões (1,4%) frente aos ingressos líquidos de fevereiro. Em relação ao primeiro trimestre de 2010, a arrecadação líquida aumentou R\$ 7,7 bilhões (17,2%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011 foi 15,8% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios em março alcançaram o valor de R\$ 21,2 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 62,5 milhões (0,3%) em relação a fevereiro. Em relação ao primeiro trimestre de 2010, o aumento foi de R\$ 3,0 bilhões (5,1%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 50,14 (7,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 962,1 mil (4,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - MAR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	45.166,3	52.913,7	17,2%
Urbano	44.110,5	51.817,1	17,5%
Rural	1.055,8	1.096,6	3,9%
Benefícios	59.382,2	62.386,6	5,1%
Urbano	46.160,0	48.698,9	5,5%
Rural	13.222,2	13.687,8	3,5%
Res. Primário	-14.215,9	-9.473,0	-33,4%
Urbano	-2.049,5	3.118,2	-252,1%
Rural	-12.166,4	-12.591,2	3,5%

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 546,7 mil aposentadorias (3,6%), 174,9 mil pensões por morte (2,6%) e 225,1 mil benefícios de auxílio-doença (19,4%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

	Em mil benefícios			
	FEV	MAR	JAN - MAR	
	2011	2011	2010	2011
Benefícios do RGPS	24.511	24.524	23.528	24.490
Previdenciários	23.684	23.702	22.745	23.666
Aposentadorias	15.678	15.708	15.135	15.674
Idade	8.201	8.216	7.893	8.199
Invalidez	2.963	2.967	2.906	2.963
Tempo de contribuição	4.514	4.525	4.335	4.512
Pensão por morte	6.655	6.666	6.478	6.654
Auxílio-Doença	1.220	1.199	1.015	1.208
Salário - maternidade	70	69	65	69
Outros	61	61	53	61
Acidentários	827	822	783	824
Aposentadorias	167	168	160	167
Pensão por morte	125	125	127	125
Auxílio - doença	181	175	146	178
Auxílio - acidente	282	282	276	282
Auxílio - suplementar	72	71	74	72

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-MAR

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,5	24,5	4,1%
Valor médio RGPS**	710,8	760,9	7,1%

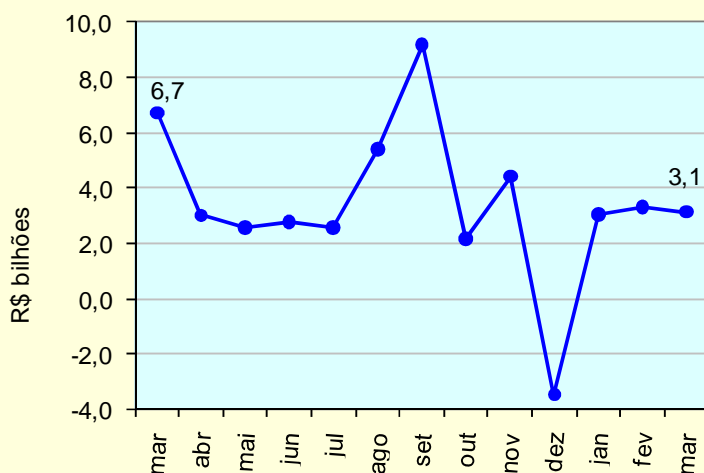
(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Como proporção do PIB, em relação ao primeiro trimestre de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,25 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,44 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,70% para 1,01% do PIB, ou seja, 0,69 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

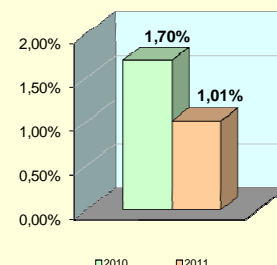
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,41%	5,66%
Urbano	5,28%	5,54%
Rural	0,13%	0,12%
Benefícios	7,11%	6,67%
Urbano	5,53%	5,21%
Rural	1,58%	1,46%
Res. Primário	-1,70%	-1,01%
Urbano	-0,25%	0,33%
Rural	-1,46%	-1,35%

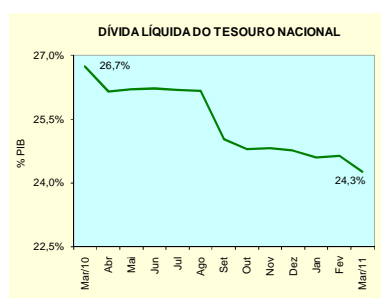
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010/2011



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN - MAR (% do PIB)



Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 915,9 bilhões, o equivalente a 24,3% do PIB, reduzindo-se em 2,5 p.p. em relação a março de 2010.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 915,9 bilhões em março, o equivalente a 24,3% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve diminuição de R\$ 4,5 bilhões, em termos nominais, consequência do decréscimo de R\$ 2,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida, e de R\$ 2,3 bilhões na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve redução de 0,4 p.p. no mês.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 MAR	2011 FEV	2011 MAR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	787.551	834.924	832.710
I.1. Dívida Interna	2.057.893	2.274.147	2.301.558
I.2. Haveres Internos	1.270.342	1.439.223	1.468.848
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	94.479	85.491	83.232
II.1. Dívida Externa	94.740	85.789	83.535
II.2. Haveres Externos	261	298	303
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	882.030	920.415	915.942
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	26,7%	24,6%	24,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,5 p.p., passando de 26,7% em março de 2010 para 24,3% em março de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 33,9 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 45,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 11,2 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,8 p.p. do PIB em comparação a março de 2010.

No mês de março, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 832,7 bilhões, o equivalente a 22,1% do PIB. A redução de R\$ 2,2 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo crescimento de R\$ 27,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensada pelo aumento de R\$ 29,6 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,8 p.p., passando de 23,9% para 22,1%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 787,6 bilhões em março de 2010 para R\$ 832,7 bilhões em março de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 243,7 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 198,5 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

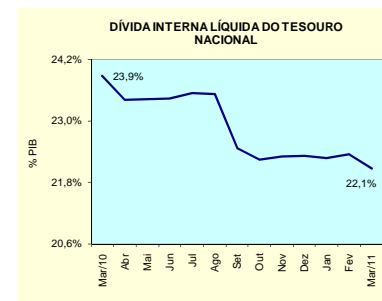
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010	2011	
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA INTERNA	2.057.893	2.274.147	2.301.558
I.1. Dívida Mobiliária	2.041.611	2.260.836	2.288.421
DPMFi em Poder do Público ¹	1.400.382	1.585.996	1.611.513
DPMFi em Poder do Banco Central	665.276	704.500	706.365
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(24.047)	(29.660)	(29.457)
I.2. Demais Obrigações Internas	16.282	13.311	13.137
II. HAVERES INTERNOS	1.270.342	1.439.223	1.468.848
II.1. Disponibilidades Internas	351.258	356.749	378.909
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	443.631	475.635	479.273
II.3. Haveres da Administração Indireta	221.179	240.285	241.921
II.4. Haveres Administrados pela STN	254.275	366.554	368.744
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	787.551	834.924	832.710
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	23,9%	22,3%	22,1%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em março, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 27,6 bilhões em termos nominais e 0,1 p.p. em proporção do PIB comparativamente ao mês anterior. Essa elevação da DPMFi pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 3,2 bilhões ocorrido no período mais apropriação de juros no valor de R\$ 24,1 bilhões. Em relação a março do ano anterior, houve aumento de R\$ 246,8 bilhões em termos nominais e redução de 1,3 p.p. em proporção do PIB, passando de 61,9% para 60,6% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve crescimento no mês de R\$ 25,5 bilhões, associado a emissão líquida de R\$ 8,9 bilhões e apropriação de juros no total de R\$ 16,6 bilhões. Na carteira do Banco Central, a elevação foi de R\$ 1,9 bilhão, devido ao resgate líquido de R\$ 5,6 bilhões e à apropriação de juros de R\$ 7,5 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com o crescimento no estoque de LTN no montante de R\$ 19,6 bilhões, de NTN-B em R\$ 15,2 bilhões e diminuição de LFT em R\$ 8,9 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2010	2011	
	MAR	FEV	MAR
Em Poder do Público	1.400	1.586	1.612
LFT	500	544	535
LTN	241	309	329
NTN-B	361	391	407
NTN-C	59	65	61
NTN-F	201	241	245
Demais ¹	39	35	35
Aplic. em Tít. Púb.	-24	-30	-29
Na carteira do BCB	665	705	706
Total	2.042	2.261	2.288
% PIB	61,9%	60,5%	60,6%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, MAR/2011

R\$ bilhões					
Título	Saldo Fev/11	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Mar/11
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.586,0	48,9	(40,02)	16,6	1.611,5
LFT	544,0	14,0	(27,78)	4,9	535,0
LTN	309,3	21,6	(5,00)	3,0	328,9
NTN-B	391,3	10,7	(0,89)	5,4	406,6
NTN-C	64,8	0,0	(4,74)	0,9	61,0
NTN-F	241,4	2,4	(1,03)	2,4	245,2
Demais ¹⁴	35,1	0,2	(0,57)	0,1	34,9
Na carteira do BCB	704,5	21,9	(27,57)	7,5	706,4
Total	2.290,5	70,8	(67,6)	24,1	2.317,9

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2010/2011

R\$ bilhões

Discriminação	2010			2011		
	MAR	FEV	MAR	MAR	FEV	MAR
Lei 9.496/97	323,0	354,9	358,3			
MP 2.185/01	51,6	56,7	57,4			
Lei 8.727/93	36,7	33,0	32,7			
Antecipação de Royalties	10,3	9,4	9,4			
Bônus Renegociados	6,2	5,2	5,1			
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0			
Demais Haveres	15,8	16,4	16,4			
Total	443,6	475,6	479,3			
% PIB	13,4%	12,7%	12,7%			

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 29,6 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente a elevação em R\$ 22,2 bilhões nas disponibilidades internas, R\$ 3,6 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, R\$ 2,2 bilhões nos haveres administrados pela STN e R\$ 1,6 bilhão nos haveres da administração indireta.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA
BRASIL, 2010/2011

R\$ bilhões

Entidade	2010		2011	
	MAR	FEV	MAR	FEV
FAT	140,4	148,0	149,1	
Fundos Regionais	52,9	59,6	60,2	
Demais	27,8	32,7	32,6	
Total	221,2	240,3	241,9	

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, a principal variação foi observada nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001, que juntas elevaram-se em R\$ 4,1 bilhões em função da variação do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de fevereiro foi de 1,0%.

O aumento de R\$ 1,6 bilhão nos haveres da administração indireta deve-se ao crescimento de R\$ 1,2 bilhão nos haveres do FAT, de R\$ 542,5 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e redução de R\$ 85,9 milhões dos Fundos Diversos.

Nos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 4,6 bilhões no saldo dos haveres de legislação específica e redução de R\$ 2,2 bilhões naqueles decorrentes de operações estruturadas e de R\$ 222,4 milhões no saldo dos demais haveres administrados pela STN.

Dívida Externa Líquida

Em março, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 83,2 bilhões, contra R\$ 85,5 bilhões em fevereiro. Houve redução de R\$ 2,3

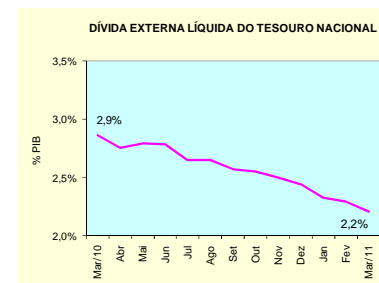
bilhões em termos nominais e em relação ao PIB a variação foi de 0,1 p.p. Essa redução reflete o resgate líquido de R\$ 2,0 bilhões, ocorrido no mês, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 585,6 milhões e a variação cambial no montante de R\$ 830,7 milhões.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 MAR	2011 FEV	2011 MAR
I. DÍVIDA EXTERNA	94.740	85.789	83.535
I.1. Dívida Mobiliária	74.635	65.689	63.982
Euro	7.342	4.637	4.570
Global US\$	56.463	49.296	47.582
Global BRL	10.635	11.597	11.704
Demais	195	159	126
I.2. Dívida Contratual	20.105	20.100	19.553
Organismos Internacionais	16.802	16.545	16.084
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.302	3.555	3.470
II. HAVERES EXTERNOS	261	298	303
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	261	298	303
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	94.479	85.491	83.232
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,9%	2,3%	2,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 11,2 bilhões, passando de R\$ 94,5 bilhões em março de 2010 para R\$ 83,2 bilhões em março de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,7 p.p.

Em março de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 83,2 bilhões, equivalentes a 2,2% do PIB, valor inferior, em 0,7 p.p. do PIB, ao registrado no ano anterior.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, MAR/2011

Discriminação	Estoque Fev/11	Fatores de Variação				Estoque Mar/11
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	65.689	0	(1.707)	521	(522)	63.982
Global US\$	49.296	0	(1.517)	379	(576)	47.582
Euro	4.637	0	(158)	35	56	4.570
Global BRL	11.597	0	0	106	0	11.704
Demais	159	0	(32)	1	(2)	126
Dívida Contratual	20.100	11	(313)	65	(309)	19.553
Org. Internacionais	16.545	0	(239)	49	(271)	16.084
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.555	11	(74)	16	(38)	3.470
Total	85.789	10,8	(2.019,6)	585,6	(830,7)	83.535

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 76,6% (R\$ 64,0 bilhões); e a dívida contratual representa 23,4% (R\$ 19,6 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Março 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Mar/2010	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2011
I. RECEITA TOTAL	62.552,4	78.572,7	65.500,6	61.465,1	68.564,1	69.816,5	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4
I.1. Receitas do Tesouro	46.494,7	62.057,1	48.731,4	44.695,1	51.526,6	52.288,3	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1
I.1.1. Receita Bruta	46.769,1	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2
- Impostos	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.788,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6
- Contribuições	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6
- Demais ¹	6.593,6	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	15.882,9	16.330,1	16.581,7	16.580,3	16.844,4	17.330,6	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4
I.3. Receitas do Banco Central	174,8	185,5	187,5	189,7	193,1	197,5	265,5	140,7	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.015,0	11.606,6	13.952,2	10.980,3	8.563,9	12.008,1	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0
II.4. Demais	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	53.537,5	66.966,1	51.548,4	50.484,8	60.000,3	57.808,4	129.343,9	62.337,8	58.452,5	81.205,5	75.320,8	51.129,2	63.061,2
IV. DESPESA TOTAL	58.091,4	50.366,4	52.053,4	49.816,8	59.221,3	53.802,9	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.794,4	61.046,1	48.663,4	53.927,0
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais⁴	15.159,4	11.972,0	12.412,9	12.284,4	15.787,9	12.904,9	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0	15.718,7	13.519,1	13.770,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	22.609,3	19.341,9	19.171,2	19.358,6	19.410,1	22.746,2	26.318,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9	20.137,7	21.093,2	21.155,7
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	17.353,6	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	5.255,8	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1
IV.3. Custeio e Capital	19.935,4	18.686,1	20.147,0	17.817,7	23.683,8	17.765,9	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.552,4	24.866,5	13.589,7	18.571,7
IV.3.1. Despesa do FAT	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.552,4	1.563,5	2.315,7
- Abono e Seguro Desemprego	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2
- Demais Despesas do FAT	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	279,3	1.621,6	53,1	744,8
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	421,9	279,0	369,1	219,7
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	42.927,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9
- Outras Despesas de Custeio	10.875,4	10.933,7	11.726,1	9.413,2	11.569,5	9.371,8	11.387,9	11.740,5	11.365,2	8.612,3	13.921,7	8.421,0	9.894,6
- Outras Despesas de Capital ⁶	4.071,8	3.289,7	3.888,1	3.940,9	4.512,5	2.821,0	4.247,2	3.891,1	3.718,3	7.284,4	5.299,5	1.515,0	3.570,4
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	96,3	99,9	95,5	94,8	100,4	102,8	132,0	83,3	105,8	139,4	88,9	196,1	197,0
IV.5. Despesas do Banco Central	290,9	265,5	226,8	261,3	239,2	283,0	251,9	257,9	282,1	329,6	234,3	265,3	232,7
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-4.553,9	16.599,7	-505,0	668,0	779,0	4.005,5	26.018,2	7.797,3	1.028,7	14.411,0	14.274,7	2.465,8	9.134,1
VI.1. Tesouro Nacional	2.288,5	19.692,4	2.123,9	3.517,8	3.390,7	9.506,6	35.195,8	10.087,2	5.604,9	10.783,6	17.421,3	5.828,9	12.280,3
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-6.726,4	-3.011,8	-2.589,5	-2.778,3	-2.565,6	-5.415,6	-9.191,1	-2.172,6	-4.424,4	3.474,8	-3.021,9	-3.315,6	-3.135,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-1.847,6	876,6	1.223,3	1.168,4	1.186,3	-749,6	-4.556,8	1.692,9	193,3	8.783,1	1.046,9	942,1	1.129,2
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-4.878,8	-3.888,4	-3.812,8	-3.946,7	-3.751,9	-4.666,0	-4.634,3	-3.865,6	-4.617,7	-5.308,3	-4.068,8	-4.257,7	-4.264,7
VI.3. Banco Central ⁹	-116,0	-80,9	-39,3	-71,6	-46,1	-85,5	13,6	-117,3	-151,8	152,6	-124,7	-47,5	-10,7
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	3,6	60,4	150,8	148,5	146,8	125,2	141,9	121,1	164,2	139,7	140,3	139,1	104,5
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	638,0	-132,0	-1.077,2	-70,8	-313,0	-672,9	-566,7	-685,5	462,0	853,4	-608,1	-74,6	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	-3.912,3	16.528,2	-1.431,4	745,7	612,8	3.457,9	25.593,5	7.233,0	1.654,9	15.404,2	13.807,0	2.530,3	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-10.698,7	-9.473,7	-10.874,5	-7.159,0	-13.208,7	-12.589,3	-9.393,9	-8.998,6	-11.631,0	-10.573,3	-14.830,9	-12.400,5	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-14.611,0	7.054,5	-12.305,9	-6.413,3	-12.595,9	-9.131,4	16.199,6	-1.765,6	-9.976,1	4.830,9	-1.023,9	-9.870,2	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,2	1.020,1
RMV ²	160,3	158,9	156,3	155,6	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4

alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Sialf após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Mar/2010	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2011
I. RECEITA TOTAL	62.552,4	78.572,7	65.500,6	61.465,1	68.564,1	69.816,5	139.224,7	74.052,9	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4
I.1. Receitas do Tesouro	46.494,7	62.057,1	48.731,4	44.695,1	51.526,6	52.288,3	121.831,7	56.348,6	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1
I.1.1. Receita Bruta	46.769,1	62.592,4	48.967,4	46.764,8	54.018,9	54.217,6	122.979,1	58.989,4	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2
I.1.1.1. Impostos	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6
IR	15.204,6	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4	15.243,5	14.649,7	19.882,7	16.133,7	23.328,1	29.749,4	14.644,6	18.468,1
IR - Pessoa Física	609,9	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1	1.346,1	1.184,9	1.577,2	1.567,4	1.006,9	774,0	774,0	838,2
IR - Pessoa Jurídica	6.816,3	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9	6.518,7	6.025,5	10.227,8	5.420,1	8.616,9	15.838,8	5.929,0	8.635,0
IR - Retido na Fonte	7.778,4	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5	7.378,8	7.439,2	8.077,7	9.146,2	13.534,7	12.903,6	7.941,6	8.994,9
IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.213,3	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0	4.748,4	4.655,6	4.603,8	6.199,4	5.814,1	7.110,3	5.105,2	6.402,2
IRRF - Rendimentos do Capital	1.232,4	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,7	1.336,9	1.270,9	1.336,9	1.584,9	5.373,0	3.513,4	1.853,3	1.258,9
IRRF - Remessas ao Exterior	840,2	750,4	1.366,0	823,8	770,7	761,3	911,5	1.033,9	820,2	1.733,5	1.536,3	903,9	811,8
IRRF - Outros Rendimentos	492,5	536,8	554,5	520,0	518,1	532,2	601,3	586,7	541,6	614,1	743,6	548,6	517,0
IPI	2.751,5	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7	3.504,3	3.633,2	3.646,6	3.922,7	4.182,3	3.981,2	3.362,9	3.585,8
IPI - Fumo	295,3	319,8	282,6	363,0	281,2	268,3	299,8	302,1	323,8	310,2	347,6	371,2	263,2
IPI - Bebidas	168,7	180,1	182,9	175,7	190,2	176,7	191,8	230,2	216,3	242,1	276,0	188,5	197,4
IPI - Automóveis	282,4	436,3	519,5	523,9	442,6	529,6	589,3	560,1	601,9	656,9	651,4	484,5	603,4
IPI - Vinculado a importação	905,2	802,8	902,4	957,5	959,8	1.059,7	1.069,0	1.008,1	1.151,0	1.072,0	959,2	960,0	1.062,1
IPI - Outros	1.100,0	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9	1.470,0	1.483,3	1.546,1	1.629,7	1.901,0	1.747,0	1.386,0	1.459,7
IOF	1.917,7	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8	2.291,3	2.200,5	2.874,9	2.351,6	2.549,3	2.368,1	2.200,4	1.991,5
Imposto de Importação	1.743,0	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5	1.982,3	1.957,8	1.918,0	2.078,7	1.917,1	1.878,0	1.888,8	2.121,0
Outros	8,1	8,5	7,7	5,9	6,1	8,7	327,6	61,5	46,3	48,5	9,9	10,0	10,2
I.1.1.2. Contribuições	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6
COFINS	10.485,7	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9	11.508,6	12.121,0	12.801,0	12.833,4	13.473,2	13.643,6	11.518,4	12.518,6
CPMF	5,0	4,0	3,7	8,3	16,1	8,7	8,5	15,1	17,4	10,3	4,8	13,4	11,2
CSLL	3.429,3	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3	3.302,1	2.849,4	5.049,5	2.991,9	4.119,8	8.020,5	3.359,6	4.229,8
CIDE-Combustíveis	586,2	562,4	530,5	581,6	682,0	700,0	683,0	703,7	677,6	660,9	727,2	674,2	662,6
Pis/Pasep	2.772,6	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7	2.988,0	3.225,9	3.276,1	3.311,2	7.496,8	3.623,6	3.160,5	3.287,0
Salário Educação	823,9	826,0	838,4	870,5	862,1	883,9	931,0	898,5	921,7	940,1	1.695,3	996,9	977,1
Outras	447,9	345,5	346,1	388,2	297,7	374,9	524,2	446,7	357,7	461,7	526,2	373,7	415,1
I.1.1.3. Demais	6.593,6	13.631,8	8.787,2	5.037,6	8.426,6	11.421,1	79.867,2	7.415,1	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1
CPSS ¹	761,2	773,1	790,4	766,5	831,0	829,3	856,8	844,3	1.387,0	1.057,2	849,8	861,1	867,7
Cota parte de compensações financeiras	1.271,8	3.953,3	1.393,9	1.124,0	3.670,1	1.087,7	1.127,3	3.358,9	1.119,5	1.146,6	3.823,5	1.290,8	1.222,6
Diretamente arrecadadas	2.112,3	4.121,4	2.488,7	1.834,5	1.960,9	1.955,4	1.901,5	2.053,5	2.016,8	3.064,1	2.719,8	2.681,4	2.223,7
Concessões	19,0	15,3	130,3	44,1	54,0	14,9	16,6	15,5	14,2	593,9	256,1	9,7	15,6
Dividendos	1.069,0	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2	6.795,1	42,9	4,6	2.961,6	2.641,8	2,3	1.549,1	1.616,3
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	1.360,3	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4	738,7	1.114,5	1.138,3	1.009,0	-137,5	213,0	795,0	1.317,3
I.1.2. (-) Restituições	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	15.882,9	16.330,1	16.581,7	16.580,3	16.844,4	17.330,6	17.127,5	17.563,6	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2
Urbana	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8
Rural	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4
I.3. Receitas do Banco Central	174,8	185,5	187,5	189,7	193,1	197,5	265,5	140,7	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.015,0	11.606,6	13.952,2	10.980,3	8.563,9	12.008,1	9.880,7	11.715,0	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0
II.4. Demais	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8
II.4.1. Salário Educação	498,7	494,3	495,6	503,0	522,3	517,3	530,3	558,7	539,1	553,0	440,5	1.140,4	598,4
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	932,1	872,9	2.324,2	956,1	832,2	2.085,6	816,1	836,0	1.933,9	843,0	852,8	2.124,8	1.071,5
II.4.3. Fundef/Fundeb	441,1	441,1	788,4	443,1	0,0	443,1	478,6	478,6	478,6	478,6	2.001,0	8,3	501,5
II.4.4. Outras	12,7	868,8	12,7	11,7	10,0	11,2	18,0	283,5	48,4	44,6	56,9	13,0	14,3

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Mar/2010	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2011
I. DESPESA TOTAL	58.091,4	50.366,4	52.053,4	49.816,8	59.221,3	53.802,9	103.325,7	54.540,5	57.423,8	66.794,4	61.046,1	48.663,4	53.927,0
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	15.159,4	11.972,0	12.412,9	12.284,4	15.787,9	12.904,9	12.914,4	12.990,1	14.974,2	18.724,0	15.718,7	13.519,1	13.770,0
I.2. Benefícios Previdenciários	22.609,3	19.341,9	19.171,2	19.358,6	19.410,1	22.746,2	26.318,7	19.736,2	22.344,6	27.048,9	20.137,7	21.093,2	21.155,7
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	17.353,6	15.055,8	14.931,6	15.027,0	15.268,5	17.653,6	21.272,5	15.457,1	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	5.255,8	4.286,1	4.239,6	4.331,6	4.141,5	5.092,7	5.046,1	4.279,1	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1
I.3. Custeio e Capital	19.935,4	18.686,1	20.147,0	17.817,7	23.683,8	17.765,9	63.708,7	21.473,0	19.717,1	20.552,4	24.866,5	13.589,7	18.571,7
I.3.1. Despesa do FAT	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.161,6	91,6	279,3	1.621,6	53,1	744,8
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1
Equalização de custeio agropecuário	4,3	4,2	4,9	5,4	5,8	5,1	4,3	448,6	0,0	0,0	30,1	0,0	178,4
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	0,7	1,0	0,5	0,6	1,0	-13,5	0,3	0,1	0,2	0,9	23,2	0,0	0,0
Política de preços agrícolas	439,0	198,1	277,9	419,7	124,6	91,4	185,7	181,7	62,5	-154,9	101,9	-347,6	39,0
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	27,7	0,0	0,5
Equalização Aquisições do Governo Federal	197,6	135,9	185,2	229,7	33,1	11,1	23,4	80,9	-38,1	-203,1	-73,8	-347,6	-91,4
Garantia à Sustentação de Preços	241,2	62,0	92,4	189,6	91,2	80,0	162,0	100,6	100,6	48,2	148,0	0,0	130,0
Pronaf	149,2	24,5	-1,2	14,8	15,3	31,7	21,5	107,0	-358,8	10,9	943,7	5,2	39,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	138,5	4,2	5,5	3,8	15,2	15,2	2,2	110,4	2,3	0,0	934,5	0,0	8,1
Concessão de Financiamento ⁵	10,7	20,4	-6,7	11,0	0,1	16,5	19,3	-3,4	-361,2	10,9	9,2	5,2	31,3
Proex	6,4	-28,5	14,9	36,4	-36,5	-11,1	29,8	66,9	0,7	-29,3	111,7	-36,3	26,0
Equalização Empréstimo do Governo Federal	30,7	7,4	18,6	16,3	63,8	1,5	39,7	17,9	1,4	28,6	49,3	1,7	46,7
Concessão de Financiamento ⁵	-24,4	-35,8	-3,7	20,1	-100,3	-12,6	-9,8	49,0	-0,7	-57,8	62,4	-38,1	-20,7
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	32,1	2,3	58,2	104,1	67,8	0,0	15,9	93,9	40,8	13,9	108,2	38,5	172,1
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	66,8	68,0	44,1	49,2	34,6	7,7	53,2	41,8	49,2	12,1	9,7	22,2	33,2
Funcafé	9,0	16,2	12,5	6,3	0,3	0,7	1,8	2,5	2,4	5,6	15,9	3,6	12,2
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,7
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-0,9	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1	-5,2	-2,8	-1,6	-1,6	-1,8	-2,0	-1,4	-0,9
Capitalização à Emgea	150,6	85,0	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	220,7	296,3	421,9	279,0	369,1	219,7
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	42.927,8	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9
I.3.5.1. Sentenças Judiciais	83,5	1.187,8	789,3	47,6	40,8	44,0	42,1	35,0	33,8	43,0	39,9	32,3	42,6
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	581,0	504,2	551,2	533,5	557,5	587,9	627,8	564,6	553,5	734,4	512,1	505,9	561,3
Legislativo	107,7	103,1	106,2	93,3	92,1	103,3	78,9	92,0	97,8	158,8	105,0	89,5	95,8
Judiciário	473,3	401,1	445,0	440,2	465,4	484,5	549,0	472,6	455,7	575,6	407,1	416,4	465,5
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	387,8	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9	818,5	612,5	567,9	1.034,7	740,8	1.166,5	315,1	329,4
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.750,2	1.392,4	1.755,2	1.828,1	1.624,9	1.291,4	2.364,5	3.394,3	1.787,7	2.610,9	2.948,9	519,4	1.993,3
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	228,0	99,3	336,2	115,5	123,8	104,6	87,9	187,2	486,0	569,3	142,2	116,4	84,8
I.3.5.6. Discricionárias	11.916,8	9.648,2	11.080,7	10.204,1	12.897,1	9.346,3	11.900,2	10.882,7	11.177,7	11.198,4	14.411,6	8.446,9	10.453,5
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	96,3	99,9	95,5	94,8	100,4	102,8	132,0	83,3	105,8	139,4	88,9	196,1	197,0
I.5. Despesas do Banco Central	290,9	266,5	226,8	261,3	239,2	283,0	251,9	257,9	282,1	329,6	234,3	265,3	232,7
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,2	1.020,1
RMV ⁷	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Mar/2010	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2011
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	62.503,3	67.956,8	73.282,3	62.798,6	62.136,1	73.263,8	73.289,8	67.718,2	80.502,3	108.491,5	60.893,2	85.357,3	73.627,9
I.1 - Recolhimento Bruto	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1	73.589,0	40.054,8	64.944,0	52.152,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6	113,6	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3
I.5 - Receita do Salário Educação	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	74.816,2	66.089,0	74.219,6	76.455,3	71.999,1	87.370,1	64.938,1	71.387,8	86.341,4	80.653,6	104.954,6	80.356,9	75.839,3
II.1 - Liberações Vinculadas	11.562,3	13.653,5	16.978,4	13.743,5	11.936,3	15.004,4	13.036,2	15.414,3	16.410,9	19.513,1	21.910,2	19.941,0	13.611,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.443,0	1.890,7	2.757,9	1.470,9	1.753,0	2.616,1	1.364,6	2.157,8	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	650,0	650,0	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3
II.2 - Liberações Ordinárias	63.253,9	52.435,4	57.241,2	62.711,8	60.062,8	72.365,7	51.901,9	55.973,5	69.930,4	61.140,5	83.044,5	60.415,9	62.228,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.132,8	13.966,1	13.093,2	16.640,6	14.184,1	14.098,7	14.235,1	14.113,8	21.318,5	16.422,1	16.294,8	14.628,0	15.839,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	938,6	1.503,1	590,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	810,7	3.104,3	626,2	2.118,3	3.713,7	411,6	341,3
i) Dívida Contratual Interna	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3	104,3	91,1	97,3	107,8	104,0	114,4
ii) Dívida Contratual Externa	835,1	1.401,1	496,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	711,4	3.000,0	535,1	2.021,1	3.605,9	307,6	226,9
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	22.756,9	18.827,6	19.379,7	19.434,4	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9	17.106,2	27.021,0	21.277,7	20.726,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	15.005,0	16.801,8	16.763,2	18.397,3	14.412,9	16.285,8	16.635,1	17.341,5	12.380,5	24.015,0	16.798,4	18.273,7	19.678,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0	804,9	156,8	158,8	1.198,2	117,2	483,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-12.312,8	1.867,8	-937,2	-13.656,6	-9.863,0	-14.106,3	8.351,7	-3.669,6	-5.839,1	27.837,9	-44.061,4	5.000,4	-2.211,4
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	86.856,2	30.352,8	14.882,9	31.923,2	41.348,4	47.784,6	35.096,9	47.304,3	20.936,5	23.959,7	37.397,4	33.760,5	38.238,5
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8	1.392,0
V. DESPESAS	35.107,0	19.237,8	2.437,0	46.678,8	46.687,0	35.197,1	36.140,3	42.237,3	5.699,1	14.036,8	96.816,6	1.091,8	26.290,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.837,3	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,0	25.557,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3
V.1.2 - Dívida Contratual	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2	204,3	198,9	201,5	224,1	221,6	245,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	644,7	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.321,6	4.400,0	2.514,0	960,6	2.920,9	217,8	733,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	51.352,0	11.269,8	13.120,3	-14.125,5	-4.116,0	13.135,1	310,4	8.495,5	16.701,6	9.952,4	-57.636,3	31.054,2	11.535,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.357,8	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	42.794,2	5.512,8	20.946,7	-25.230,1	-20.462,7	-13.083,6	31.272,6	4.621,1	10.348,5	41.662,1	-115.428,5	40.063,7	12.293,9

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Mar/2010	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2011
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.357,8	8.230,0	12.433,2	3.182,1	29.765,8	6.638,7	23.964,3	3.223,7	3.680,0	3.901,2	36.052,1	5.394,7	30.431,4
I.1. Emissão de Títulos	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7	-4,0	65,5	115,6	321,5	257,6	205,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5
II. DESPESAS NO BACEN	0,0	15.700,0	2.995,2	0,0	35.027,0	18.203,4	0,0	0,0	2.729,8	0,0	48.000,0	3.000,0	27.873,8
II.1. Resgate de Títulos	0,0	14.000,0	0,0	0,0	27.277,0	13.947,0	0,0	0,0	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7
II.2. Encargos da DPMF	0,0	1.700,0	2.995,2	0,0	7.750,0	4.256,5	0,0	0,0	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1
III. RESULTADO (I - II)	3.357,8	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/10	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/11
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	787.551,2	781.781,6	792.885,9	803.862,7	817.622,1	827.005,7	798.941,5	801.837,8	814.042,8	820.335,5	825.139,4	834.924,3	832.710,1
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.558,1
DPMFi em Poder do Público ¹	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8
DPMFi em Poder do Banco Central	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7
Demais Obrigações Internas	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.136,9
I.2. HAVERES INTERNOS	1.270.342,1	1.364.129,0	1.390.816,2	1.382.459,7	1.358.599,0	1.357.151,4	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.590,9	1.401.201,7	1.439.222,7	1.468.848,0
Disponibilidades Internas	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.909,3
Haveres junto aos Governos Regionais	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0
Haveres da Administração Indireta	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.226,7	239.170,5	240.284,7	241.921,5
Haveres Administrados pela STN	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	94.479,0	91.901,3	94.475,2	95.542,7	91.915,1	93.168,9	91.501,1	91.954,7	91.184,1	89.790,1	86.213,9	85.490,6	83.232,0
II.1. DÍVIDA EXTERNA	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8
Dívida Mobiliária	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6
Dívida Contratual	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3
II.2. HAVERES EXTERNOS	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	882.030,2	873.682,9	887.361,1	899.405,4	909.537,2	920.174,6	890.442,7	893.792,5	905.226,9	910.125,6	911.353,4	920.414,9	915.942,1
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	26,7%	26,2%	26,2%	26,2%	26,2%	26,2%	25,0%	24,8%	24,8%	24,8%	24,6%	24,6%	24,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/10	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/11
I. DÍVIDA INTERNA	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.558,1
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8
LFT	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2
LTN	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9
NTN-B	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3
NTN-C	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9
NTN-F	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8
Dívida Securitizada	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9
Demais Títulos em Poder do Público	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1
LFT	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7
LTN	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.136,9
II. DÍVIDA EXTERNA	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6
Euro	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6
Global US\$	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0
Global BRL	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5
Demais Títulos Externos	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4	159,9	162,1	158,2	159,6	159,2	126,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3
Organismos Multilaterais	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.152.633,4	2.238.068,8	2.278.555,2	2.282.226,4	2.268.478,5	2.277.659,7	2.302.083,8	2.326.466,5	2.351.780,7	2.388.023,1	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.092,9
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	65,3%	67,0%	67,3%	66,5%	65,3%	64,8%	64,7%	64,5%	64,4%	65,0%	62,4%	63,2%	63,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/10	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/11
I. HAVERES INTERNOS	1.270.342,1	1.364.129,0	1.390.816,2	1.382.459,7	1.358.599,0	1.357.151,4	1.411.378,5	1.432.419,6	1.446.308,5	1.477.590,9	1.401.201,7	1.439.222,7	1.468.848,0
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.909,3
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0
Bônus Renegociados	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4
Antecipação de Royalties	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.064,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,5	233.609,3	237.126,3	235.226,7	239.170,5	240.284,7	241.921,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1
Fundos Constitucionais Regionais	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.800,8	56.288,9	56.860,0	57.494,7	58.137,1	58.856,3	59.630,7	60.173,2
Fundos Diversos	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3
Haveres de Operações Estruturadas	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4
Haveres Originários de Privatizações	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9
Haveres de Legislação Específica	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5
Demais Haveres Administrados pela STN	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3
II. HAVERES EXTERNOS	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.270.603,2	1.364.385,8	1.391.194,1	1.382.821,1	1.358.941,2	1.357.485,1	1.411.641,1	1.432.674,0	1.446.553,8	1.477.897,5	1.401.479,6	1.439.520,9	1.469.150,9
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	38,5%	40,8%	41,1%	40,3%	39,1%	38,6%	39,7%	39,7%	39,6%	40,2%	37,8%	38,5%	38,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO MARÇO 2011/2010 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	158.279,2	23.265,7	102,0	100,6	2.787,8	2.888,4	198.227,6	3.167,6	829,3	829,3	17.011,0	17.840,3
Senado Federal	43.858,0	2.915,4	178,9	178,9	1.778,6	1.957,5	57.216,5	2.550,8	309,5	309,5	7.903,9	8.213,4
Tribunal de Contas da União	59.523,7	2.628,0	270,7	270,7	7.890,0	8.160,7	48.605,2	1.222,4	459,4	459,4	9.782,3	10.241,7
Supremo Tribunal Federal	61.290,1	4.479,6	36,7	33,7	4.016,7	4.050,5	62.428,3	3.497,6	95,3	92,2	4.231,7	4.323,9
Superior Tribunal de Justiça	17.242,0	612,1	1,6	1,6	5.812,1	5.813,7	26.210,4	1.750,4	407,8	406,0	1.632,4	2.038,4
Justiça Federal	362.639,3	456.885,3	1.727,1	1.718,5	40.440,1	42.158,6	298.578,5	241.025,6	1.440,9	1.433,4	68.668,5	70.101,9
Justiça Militar	7.704,0	400,2	10,8	9,2	1.269,1	1.278,3	11.737,2	73,7	7,5	7,5	1.226,5	1.234,0
Justiça Eleitoral	450.415,4	111.686,5	638,6	589,7	55.662,3	56.251,9	241.636,4	8.598,8	281,3	251,4	53.541,8	53.793,2
Justiça do Trabalho	179.677,1	27.266,3	2.132,8	2.097,1	40.567,2	42.664,3	275.485,8	35.151,2	1.322,0	1.270,6	45.038,8	46.309,4
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	47.559,8	3.067,8	184,1	171,3	13.258,4	13.429,7	73.307,8	1.593,7	47,5	46,2	11.655,1	11.701,2
Conselho Nacional de Justiça	62.128,7	529,8	12,9	12,9	4.661,7	4.674,6	77.101,5	6.410,7	4,5	4,5	5.801,4	5.805,9
Presidência da República ³	1.775.554,9	276.909,6	6.213,3	5.942,7	121.309,3	127.252,0	1.317.357,5	6.591,8	937,6	721,9	271.721,9	272.443,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	838.003,8	67.519,3	6.625,1	6.617,8	167.993,5	174.611,3	414.482,1	99,7	1,2	1,2	15.701,5	15.702,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.518.632,8	7.080,9	318,5	54,9	87.304,0	87.358,9	1.212.294,4	2.034,8	9,4	9,2	106.041,8	106.050,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.875.147,5	88.374,5	13.230,7	10.789,4	139.707,4	150.496,8	1.288.946,1	200.301,4	31.790,5	7.764,0	212.616,2	220.380,3
Ministério da Fazenda	945.015,3	15.977,6	2.328,9	2.328,5	96.538,8	98.867,2	1.547.399,2	57.334,3	25.869,5	25.854,0	228.448,5	254.302,5
Ministério da Educação	6.599.115,1	464.431,3	28.709,7	23.769,8	1.233.872,4	1.257.642,2	8.718.920,6	795.271,0	30.009,9	23.185,1	2.079.345,9	2.102.531,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	316.168,1	1.926,2	584,7	584,7	4.729,7	5.314,4	67.405,3	731,5	2,4	2,4	5.647,6	5.650,0
Ministério da Justiça	1.191.457,8	7.990,5	633,4	518,8	89.483,4	90.002,2	1.503.553,8	34.056,7	3.407,1	3.403,1	131.953,8	135.356,9
Ministério de Minas e Energia	197.208,3	5.461,4	194,4	184,5	13.756,4	13.940,9	207.136,1	4.280,7	6,9	6,9	18.723,6	18.730,6
Ministério da Previdência Social	165.808,7	22.796,9	4.157,7	3.695,8	80.460,5	84.156,2	173.501,0	6.114,9	215,3	-	38.900,9	38.900,9
Ministério Público da União	160.443,1	2.399,6	228,7	228,7	30.573,8	30.802,5	301.041,0	11.931,4	2.160,2	2.158,4	41.910,5	44.068,9
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	10.706,9	8.503,1	8.503,1	1.919,9	10.423,0	66.965,0	1.280,5	1.244,2	1.244,2	944,9	2.189,1
Ministério da Saúde	4.446.449,5	272.035,7	44.635,0	44.430,3	411.598,6	456.028,9	4.812.267,5	129.039,0	38.070,3	37.383,2	527.114,9	564.498,2
Ministério do Trabalho e Emprego	40.934,3	706,7	95,5	95,5	11.585,7	11.681,2	84.169,3	414,3	25,9	25,9	7.209,0	7.234,9
Ministério dos Transportes	13.858.928,0	4.527.009,2	334.238,3	297.553,5	1.872.524,2	2.170.077,7	17.445.510,5	1.498.807,8	14.209,7	468,4	2.934.377,5	2.934.845,9
Ministério das Comunicações	46.941,4	1.432,3	36,9	36,9	2.154,4	2.191,3	347.127,4	50.004,4	-	-	8.147,0	8.147,0
Ministério da Cultura	413.450,6	14.450,5	58,7	46,1	24.576,6	24.622,8	332.307,7	1.521,2	-	-	20.260,8	20.260,8
Ministério do Meio Ambiente	106.312,8	2.187,3	135,0	135,0	10.300,3	10.435,3	273.078,3	1.677,8	82,1	13,6	68.420,7	68.434,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.830.583,5	98.283,1	809,6	809,6	133.612,4	134.422,0	1.986.100,9	146,6	0,1	0,1	69.838,2	69.838,2
Ministério do Esporte	1.076.180,3	1.552,6	30,6	30,6	34.486,2	34.516,8	1.441.920,3	17,1	0,1	0,1	28.921,2	28.921,3
Ministério da Defesa	9.286.517,1	1.698.867,2	1.136.457,5	1.124.493,9	973.298,1	2.097.792,0	7.016.454,4	685.037,7	36.357,1	30.672,1	1.895.452,4	1.926.124,4
Ministério da Integração Nacional	5.394.525,6	637.366,4	110.225,1	98.257,2	660.979,4	759.236,6	4.616.395,0	280.693,9	170.077,9	168.210,9	390.467,9	558.678,8
Ministério do Turismo	2.732.313,4	62.173,4	-	-	124.206,2	124.206,2	2.644.014,8	13.345,7	-	-	60.145,2	60.145,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	347.847,1	39.399,1	38.440,6	38.440,6	26.391,5	64.832,1	215.741,0	2.948,1	1,2	1,2	58.527,8	58.529,0
Ministério das Cidades	7.478.512,8	1.674.587,9	385.074,0	385.074,0	913.835,4	1.298.909,4	7.617.076,0	209.223,1	17.311,2	1.588,6	606.087,5	607.676,1
Ministério da Pesca e Agricultura	457.901,0	14.301,5	9,9	9,9	10.139,7	10.149,5	286.369,5	10,4	-	-	23.293,2	23.293,2
Conselho Nacional do Ministério Público	457.901,0	9,0	-	-	-	-	62.986,3	-	-	-	340,6	340,6
TOTAL	65.171.171,0	10.649.673,3	2.127.271,0	2.057.815,9	7.455.481,7	9.513.297,6	67.371.056,2	4.297.958,2	376.994,9	307.824,4	10.077.054,3	10.384.878,8

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Investimentos Financeiros (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 3 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

MARÇO / 2011

Comentários

Em Março de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -34,7 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.281.876,8 (mil), ante R\$ 9.622.673,6 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Fevereiro	Março	Janeiro a Março	Fevereiro	Março	Janeiro a Março	Mar/2011	Mar/2011	Jan-Mar/2011
						Fev/2011	Mar/2010	Jan-Mar/2010	
FPM	3.698.426,4	2.747.398,8	9.475.018,2	4.920.685,4	3.212.323,4	12.700.391,7	-34,7%	16,9%	34,0%
FPE	3.534.051,8	2.625.292,0	9.053.905,9	4.701.988,1	3.069.553,4	12.135.929,4	-34,7%	16,9%	34,0%
IPI-Exp	220.605,6	201.687,1	649.056,1	299.090,5	219.687,7	836.721,5	-26,5%	8,9%	28,9%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
MARÇO	- 37 %	- 34,7 %	- 37 %	- 34,7 %	- 28 %	- 26,5 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	ABR/MAR	MAI/ABR	JUN/MAI
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 20 %	+ 24 %	- 13 %
IPI - EXP	+ 24 %	- 11 %	+ 9 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2011 a 20/03/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
FEV/3º DEC	1.829.170	8.243.557	10.072.727	MAR/1º DEC	1.732.509	1.813.091	146.334	3.691.934
MAR/1º DEC	582.902	789.728	1.372.630	MAR/2º DEC	236.092	247.073	46.632	529.798
MAR/2º DEC	334.024	6.066.859	6.400.883	MAR/3º DEC	1.100.952	1.152.159	26.722	2.279.833
TOTAL	2.746.096	15.100.144	17.846.240	TOTAL	3.069.553	3.212.323	219.688	6.501.564

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	15.970,4	105.009,4	27,0
ALAGOAS	AL	76.536,0	127.696,5	343,8
AMAZONAS	AM	47.566,3	85.652,8	2.263,9
AMAPÁ	AP	11.450,5	104.733,2	247,4
BAHIA	BA	294.868,0	288.421,4	13.317,2
CEARÁ	CE	167.727,3	225.210,1	1.750,1
DISTRITO FEDERAL	DF	5.419,4	21.186,1	277,7
ESPÍRITO SANTO	ES	55.269,7	46.043,3	10.747,9
GOIÁS	GO	117.266,9	87.270,5	3.621,7
MARANHÃO	MA	133.725,6	221.566,5	2.238,0
MINAS GERAIS	MG	420.970,4	136.733,3	28.790,5
MATO GROSSO DO SUL	MS	48.933,6	40.886,5	2.772,3
MATO GROSSO	MT	58.650,8	70.842,2	3.177,2
PARÁ	PA	116.976,4	187.611,1	9.813,2
PARAÍBA	PB	103.842,5	146.997,8	338,5
PERNAMBUCO	PE	161.244,5	211.805,3	1.370,5
PIAUÍ	PI	81.841,6	132.647,7	71,4
PARANÁ	PR	216.691,1	88.501,4	18.109,5
RIO DE JANEIRO	RJ	94.316,8	46.893,6	38.982,4
RIO GRANDE DO NORTE	RN	80.974,0	128.242,9	288,7
RONDÔNIA	RO	28.303,0	86.426,3	378,4
RORAIMA	RR	9.949,0	76.146,4	19,0
RIO GRANDE DO SUL	RS	217.671,3	72.281,8	24.039,7
SANTA CATARINA	SC	125.096,4	39.284,1	12.567,9
SERGIPE	SE	46.751,1	127.549,2	74,0
SÃO PAULO	SP	428.634,0	30.695,5	43.937,5
TOCANTINS	TO	45.677,0	133.218,6	122,2
TOTAL		3.212.323,4	3.069.553,4	219.687,7

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br